IMPLICAÇÕES NEOLIBERAIS NAS INFÂNCIAS CONTEMPORÂNEAS EM CONTEXTOS ESCOLARES

NEOLIBERAL IMPLICATIONS IN CONTEMPORARY CHILDHOOD IN SCHOOL CONTEXTS

IMPLICACIONES NEOLIBERALES EN LA INFANCIA CONTEMPORÁNEA EN LOS CONTEXTOS ESCOLARES

Alex Sander da Silva[1]
Giani Rabelo[2]
Greyce Kelly de Souza[3]
Karoline Cipriano dos Santos[4]
Ricardo Luiz de Bittencourt[5]

RESUMO
O presente artigo aborda os impactos de uma sociedade neoliberal sobre o contexto escolar relacionado às infâncias e as vivências desse grupo no que tange a educação. Para isso, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa compreender como o contexto escolar neoliberalizado tem impactado nas vivências das infâncias na contemporaneidade. Visando atender este objetivo, foram elencados dois objetivos específicos: i. Discutir os conceitos de infâncias e neoliberalismo e ii. refletir sobre as consequências da racionalidade neoliberal na formação das infâncias contemporâneas e nos contextos escolares de educação para a infância. Diante disto, buscou-se inicialmente discutir os conceitos de infâncias a partir de autores como Aries (1981), Benjamin (1995, 2002) e neoliberalismo, com autores como Dardot e Laval (2016) e Veiga-Neto (2013) além de outros pesquisadores que também deram subsídio para estabelecer a pesquisa. A seguir, a partir dessas duas discussões foi possível traçar impactos que a racionalidade neoliberal vem estabelecendo sobre as infâncias. Com foco no contexto escolar, os impactos elencados foram: Investimento em capital humano, Educacionalização do social e encharcamento escolar, lógica de competição, consumismo e desconfiguração de direitos.
PALAVRAS-CHAVE: infâncias; neoliberalismo; contexto escolar.

ABSTRACT
This article addresses the impacts of a neoliberal society on the school context related to childhood and the experiences of this group regarding education. To this end, the general objective of the research was to understand how the neoliberalized school context has impacted the experiences of childhood in contemporary times. In order to achieve this objective, two specific objectives were set: i. To discuss the concepts of childhood and neoliberalism and ii. To reflect on the consequences of neoliberal rationality in the formation of contemporary childhood and in the school contexts of education for childhood. In view of this, we initially sought to discuss the concepts of childhood based on authors such as Aries (1981), Benjamin (1995, 2002) and neoliberalism, with authors such as Dardot and Laval (2016) and Veiga-Neto (2013) in addition to other researchers who also provided support to establish the research. Next, from these two discussions it was possible to outline the impacts that neoliberal rationality has been establishing on childhoods. Focusing on the school context, the impacts listed were: Investment in human capital, Educationalization of the social and school flooding, logic of competition, consumerism and the distortion of rights.
KEYWORDS: childhoods; neoliberalism; school context.

RESUMEN
Este artículo aborda los impactos de una sociedad neoliberal en el contexto escolar relacionado con la infancia y las experiencias de este grupo en torno a la educación. Para ello, el objetivo general de la investigación fue comprender cómo el contexto escolar neoliberalizado ha impactado las experiencias de la infancia en la época

[1] Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0945-9075.
[2] Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3304-8268.
[3] Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5334-063X.
[4] Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2942-4005.
[5] Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6279-9346.

contemporánea. Para cumplir con este objetivo, se eligieron dos objetivos específicos: i. Discutir los conceptos de infancia y neoliberalismo y ii. reflexionar sobre las consecuencias de la racionalidad neoliberal en la formación de las infancias contemporáneas y en los contextos escolares de educación infantil. Ante esto, inicialmente buscamos discutir los conceptos de infancia desde autores como Aries (1981), Benjamin (1995, 2002) y el neoliberalismo, con autores como Dardot y Laval (2016) y Veiga-Neto (2013), entre otros. investigadores que también proporcionaron subsidios para establecer la investigación. A continuación, a partir de estas dos discusiones fue posible rastrear los impactos que la racionalidad neoliberal ha establecido en la niñez. Centrándonos en el contexto escolar, los impactos enumerados fueron: Inversión en capital humano, Educación social e inundación escolar, lógica de competencia, consumismo y desconfiguración de derechos.
PALABRAS CLAVE: infancias; neoliberalismo; contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

> *A alma da criança é governada quando elegemos um modelo institucional dizendo-o o mais apropriado à sua educação, quando optamos pela entrada dos modelos "empresariais" na organização das nossas creches [...] quando criamos espaços de lazer orientado nos templos de consumo como os shopping centers. (Bujes, 2001, p. 248)*

Diante do contexto social no qual estamos inseridos, que se configura enquanto uma sociedade neoliberal, individualista e competitiva, que preza pela concorrência e lucro acima do social e coletivo, é preciso atentarmos nossos olhares para a formação oferecida por tal e para tal racionalidade. Formação essa que abrange a escola, mas a ultrapassa, sendo contínua em si ao longo da vida. Nesta pesquisa faremos um recorte sobre essa formação que ocorre ainda na infância, uma vez que as crianças também estão sujeitas a esses contextos sociais e são influenciadas por ele.

Pensamos nas implicações dessa formação nas vivências infantis contemporâneas e no contexto escolar infantil. De acordo com o art. 2º da Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), estabelecemos como criança a faixa etária de zero a doze anos incompletos. Desta forma, a pesquisa se faz necessária uma vez que precisamos também pensar nos impactos que uma sociedade e uma formação cada vez mais neoliberal gera sobre as infâncias e as crianças em contexto escolar.

Percebemos que há muitas discussões no campo da educação abordando os impactos do neoliberalismo para a formação do ensino básico, focando principalmente na área do Ensino Médio, mas durante estudos e discussões, sentimos falta de leituras que analisassem as relações entre neoliberalismo e infância. Ao se fazer buscas mais detalhadas, notou-se que tal impressão se verificava na realidade e que, de fato, existe uma lacuna ainda maior vinculado ao contexto escolar, infância e neoliberalismo. Diante deste contexto, neste artigo buscamos refletir questões acerca da temática de neoliberalismo, infâncias e educação, mais especificamente no contexto escolar.

Para tal, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa compreender como o contexto escolar neoliberalizado tem impactado nas vivências das infâncias na contemporaneidade. Visando atender este objetivo, elencamos dois objetivos específicos: i. Discutir os conceitos de infâncias e neoliberalismo e ii. refletir sobre as consequências da racionalidade neoliberal na formação das infâncias contemporâneas e nos contextos escolares de educação para a infância.

O artigo se qualifica enquanto uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados utilizaremos a análise documental. A análise dos dados se desenvolverá de forma crítica e a luz do referencial teórico. O texto foi dividido em quatro momentos. Inicia com a presente introdução, dando prosseguir com discussões acerca dos conceitos de infância e neoliberalismo. O terceiro momento será de reflexão sobre os modos de vivenciar a infância num contexto neoliberal, e por fim, finalizamos com as discussões finais do artigo a modo de conclusão.

Conceito de infâncias e neoliberalismo

Nesta seção faremos um apanhado do conceito de infância historicamente construído, abordando algumas nuances de experiências de infâncias na contemporaneidade. Consideramos que muitas infâncias existem, mas que o neoliberalismo, por ser uma racionalidade, consegue atravessar diversas dessas infâncias, impactando diretamente o modo de vivenciar esse período da vida.

Nesse ínterim, num segundo momento aprofundamos o conceito de neoliberalismo, seu funcionamento e o que o compõe como racionalidade. Elencamos também algumas categorias centrais do neoliberalismo, como categorias que atravessam as vivências dos sujeitos dessa sociedade neoliberal, e mais especificamente, como tratamos neste artigo, das infâncias.

Infâncias

O que é ser criança? O que é a infância? Ou melhor dizendo: infâncias. Consideramos que todos os seres humanos passam por uma fase biológica que é ser criança, mas nem todos vivenciam a infância, pois é uma categoria historicamente construída. Nesse sentido, apesar desta ter sido uma fase da vida comum a todos nós, discutir seu conceito pode ser mais complexo do que nos parece. Quando se discute o conceito de infância é importante destacar que existe mais de uma infância e que elas possuem suas singularidades, mas não são iguais entre si. Pensar as infâncias é pensar em pluralidade. Partindo do conceito epistemológico da

palavra, infância descende da palavra in fante, que é aquele que não possui fala. Isso nos mostra como a compreensão das crianças e infâncias enquanto sujeitos históricos e de direitos é recente.

Isso não significa dizer que não havia pensadores preocupados com esta fase da vida antes deste período da vida. Na Grécia Antiga, Platão (427 a.C - 348 a.C) já discutia questões acerca da educação de crianças. A reflexão se dava no sentido de educar as crianças para o futuro das cidades, num vir-a-ser das crianças (Platão, 2020).

Na temática epistemologia de infância (s) ou da história da(s) infância (s) dois nomes são centrais no que diz respeito a um olhar diferenciado acerca e digno, Benjamin (2002; 1995) e Ariés (1981). Apesar de não tratar diretamente do conceito de infância fazendo uma diferenciação histórica como Aries, Benjamin, antes mesmo de Ariés, já dedicava escritas sobre crianças considerando-os como sujeitos dignos. Suas escritas em Infância em Berlin (Benjamin, 1995) demonstram um trabalho memorial, ao contrário do autor Ariés que trabalha principalmente com fontes materiais.

Conforme Ariés (1981), até o século XIII, não havia distinção da fase da infância como conhecemos hoje para a fase adulta, até mesmo em quadros de artista destas épocas retratavam as crianças como pequenos adultos, suas feições eram iguais às de adultos, o que as distinguia era seu tamanho, as crianças eram ilustradas em tamanhos menores. Foi apenas a partir do século XIX que a sociedade começou a entender a criança como um sujeito que possui direitos e voz, antes disto, a construção social não permitia perceber as crianças como seres diferentes dos adultos. Apesar das crianças sempre terem existido, o conceito de infância e a compreensão desta etapa da vida como sendo uma categoria autônoma é uma discussão que só ganhou repercussão a partir da modernidade (Nascimento, Brancher e Oliveira, 2008).

Ainda nesse sentido:

> No começo, ninguém prestava atenção às gentes pequenas. Suas criaturas eram mais ou menos como fantasmas, das quais não se falava, que quase não se enxergava e que, por isso mesmo, também não incomodavam ninguém. As tais pequenas viviam soltas pelos lugares: comiam e bebiam do jeito que dava; dormiam onde tivesse uma beirada; vestiam-se com roupas que eram jogadas fora; circulavam no meio do passeio público, nas lojas, nos mercados, junto com os gatos, patos, galinhas, porcos, cachorros, cavalos, vacas e bois. [...] Muitas dessas gentes morriam, sem que ninguém chorasse; e, às vezes, as outras duas raças nem se davam conta de que faltava alguma, porque muitas nem nomes tinham. [...] E assim iam vivendo, um pouco como os bichos, um pouco ao lado das nativas, no máximo sendo consideradas umas delas em miniatura, uns anõezinhos que ainda não tinham crescido, nem eram completamente iguais. (Corazza, 2002, p. 32)

Em forma de contação de história, Corazza (2002) escreve sobre o período anterior à

noção de infância. Pensando nos modos de vivências das infâncias, ou nas diferentes infâncias, Benjamin (2002), em meados do século XX escrevia sobre vivências próprias das crianças, seus modos de se relacionar com os objetos. Entretanto, apontar aspectos próprios da infância não é considerar que todas as crianças do mundo experimentam a vida de maneira igual:

> Pois se a criança não é nenhum Robinson Crusoé, assim também as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma, os seus brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e segregada, mas são um mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo. (Benjamin, 2002, p. 94)

Desse modo Benjamin trata da questão das diversas infâncias que existem, situadas nas comunidades em que estão inseridas. Entretanto, compreender que o contexto social influencia diretamente no modo de ser vivenciada não é entender esse contexto como determinante. Além disso, é mais próprio dizermos dos contextos em que os sujeitos vivem, contexto escolar, familiar, comunitário, entre outros que fazem parte das rotinas.

Apesar disso, dessas diferenças, Benjamin defende que algumas questões são universais das infâncias, que podem se manifestar mais fortemente ou não dependendo dos contextos e das sociedades, como o ato de brincar:

> Hoje talvez se possa esperar uma superação efetiva daquele equívoco básico que acreditava ser a brincadeira da criança determinada pelo conteúdo imaginário do brinquedo, quando, na verdade, dá-se ao contrário. A criança quer puxar alguma coisa e torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se e torna-se bandido ou guarda. Conhecemos muito bem alguns instrumentos de brincar arcaicos, que desprezam toda máscara imaginária (possivelmente vinculados na época a rituais): bola, arco, roda de penas, pipa - autênticos brinquedos, 'tanto mais autênticos quanto menos o parecem o adulto'. Pois quanto mais atraentes, no sentido corrente, são os brinquedos, mais se distanciam dos instrumentos de brincar; quanto mais ilimitadamente a imitação se manifesta neles, tanto mais se desviam da brincadeira viva. (Benjamin, 2002, p. 93)

Aqui o brincar comentado não é o brincar pedagógico, dirigido, nem o caráter desenvolvimental. Mas no sentido de um sentimento de infância comum, da visão lúdica sobre as coisas. Nesse sentido, é importante elencar como o brincar tem um papel central para as infâncias, em diferentes perspectivas:

> O brincar revela-se, então, em toda a sua complexidade: de um lado, opera a interpretação entre o real e o irreal, entre o subjetivo e o objetivo; de outro, oferece a experiência ao sujeito, criança ou adulto, do *ser* imaginado, concentrando toda a sua a tenção para aquela atividade, para o presente e para o relacionamento com os outros participantes. (Baron, 2002, p. 78)

A autora Baron (2002) destrincha em sua obra os sentidos desse brincar, concluindo, resumidamente, que possui dois sentidos principais. Um deles converge com o que Benjamin (2002) escreveu; uma forma de ver o mundo, quase como uma racionalidade, uma forma de vivência e existência, na qual a criança que brinca consegue entender ou conhecer os objetos por meio do brincar. Um outro sentido é o da experiência do brincar, da imaginação que o ato depende. Ainda nesse sentido, essa imaginação proporciona não só a existência imaginada naquela ação do brincar, mas também a possibilidade de imaginação de outros cenários, de outras existências, de outros tempos.

As crianças são seres sociais, logo não estão alheias às conjunturas socioeconômicas que gerem o mundo e também são impactadas e moldadas por elas. Considerando o cenário neoliberal no qual estão inseridas e todas as mudanças que essa racionalidade provoca sobre a formação de novas subjetividades, é preciso pensar também como essa nova estrutura está impactando no consciente infantil. Mas para dar conta deste debate, precisamos primeiro compreender o que é o neoliberalismo e como esta racionalidade está reestruturando os sujeitos e suas dinâmicas. Deste modo, na próxima sessão nos debruçarmos sobre este tópico.

Neoliberalismo

Apesar de se apresentar enquanto um modelo econômico, o neoliberalismo tornou-se uma racionalidade, um modo de viver que se engendra em diversos âmbitos da vida privada e pública. A criação desta nova normatividade tem implicado mudanças nas subjetividades e desejos dos sujeitos, atribuindo novas características que se estendem do nível individual ao coletivo e moldam a atual estrutura social.

O que se iniciou enquanto um novo sistema econômico hoje rege normas sociais e condutas dos indivíduos. Os autores Dardot e Laval (2016) detalham como ocorreu essa expansão do domínio neoliberal da economia até as consciências humanas. Conforme os autores, o neoliberalismo estabeleceu a norma de empresa como norma dos sujeitos.

Termos como competição, capacidade de adaptação, alto desempenho, performance, disciplina e tantas outras que antes pertenciam ao cenário empresarial, agora se estendem também a características necessárias ao indivíduo produtivo. Estamos diante da concepção de uma nova subjetividade, de um novo sujeito, que Dardot e Laval (2016) conceituam como neosujeito. Essa nova norma não só é aceita pela sociedade como é incorporada e desejada pelos indivíduos.

Diante da sociedade neoliberal, o discurso que gere a empresa agora a ultrapassa e passar a gerir também as condutas humanas destes neosujeitos. É atribuído aos sujeitos à condição de empresa, e desta forma, cabe a eles incorporarem discursos do ambiente empresarial, visto que agora eles se entendem como "empreendedores de si" e devem se autogerir para garantir o melhor desempenho possível.

Dentro dos discursos empresariais assumidos pelos sujeitos neoliberais estão a questão da competitividade, o desejo de se tornar "mais atraente" para o mercado de trabalho, a necessidade de sempre demonstrar um grande desempenho e a questão do aumento do capital, por eles chamados de "capital humano", onde cada sujeito busca um constante aprimoramento de si buscando justamente desenvolver as habilidades e competências exigidas pelo mercado.

Toda essa lógica é legitimada por um discurso de liberdade, incorporado pelos sujeitos que sentem agora a necessidade urgente de serem seus próprios chefes, de se verem como uma empresa a se gerida. Essa suposta liberdade esconde que todo esse desejo por um constante aprimoramento é na verdade um desejo do mercado, que é imposto aos indivíduos através desta nova forma de subjetivação.

Dardot e Laval acrescentam que

> O indivíduo liberal [...] podia acreditar que gozava de todas suas faculdades naturais do livre exercício de sua razão e vontade, podia conclamar ao mundo sua autonomia irredutível, mas continuava a ser uma engrenagem dos grandes mecanismos que a economia clássica começava a analisar. (Dardot e Laval, 2016, p. 324)

A liberdade pregada pelo neoliberalismo é ilusória, é uma liberdade controlada pelos desejos e operações dessa racionalidade. Para exercer essa dominação o neoliberalismo se utiliza de dispositivos de controle. Este controle exercido pelo neoliberalismo não ocorre através do "adestramento dos corpos" ou por meio da disciplina e vigilância, mas se perpetua através de uma "gestão da mente". Nesta forma de gestão, os próprios indivíduos se autocontrolam, sem a necessidade de um ser alheio a si para determinar o que ele deve fazer.

Segundo Veiga-Neto (2013, p. 33), "a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo marca a passagem da ênfase nos corpos dóceis para a ênfase nos cérebros flexíveis e articulados. Cérebros que, por sua vez, comandam corpos que também têm de ser flexíveis". A exemplificar, não é mais necessário a figura do chefe porque agora todos devem ser capazes de se autogerir.

Esses dispositivos de controle adentraram também no cenário educacional, provocando mudanças nas dinâmicas escolares. Veiga-Neto cita que:

> A entrada desses novos elementos na governamentalidade estaria deslocando o privilégio da escola na produção das subjetividades. Antes do aparecimento de tecnologias capazes de promover a cooperação entre cérebros à distância, as estratégias para produção da subjetividade mobilizadas nos encontros face a face tinham pouca concorrência. Agora, a situação parece estar se modificando rapidamente. Os dispositivos capazes de atingir cérebros à distância vêm disponibilizando, especialmente a jovens e crianças, um novo repertório de valores e de comportamentos, muitas vezes conflitantes com aqueles que são apresentados nos ambientes escolares. (Veiga-Neto, 2013, p. 35)

A escola, que deve ser espaço de aprendizagem, agora carrega também a função de fabricação dessas novas subjetividades. Conceito como habilidade e competências já são eixos estruturantes do novo currículo nacional - Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) que visam atender justamente a formação daquele indivíduo flexível e autônomo necessário para o funcionamento de uma sociedade neoliberal. Laval cita que "para produzir assalariados adaptáveis, a escola, que vem antes do trabalho, deveria ser uma organização flexível [...] que atenda tanto aos desejos mais diferenciados e variáveis das empresas como às necessidades diversas dos indivíduos" (Brasil, 2018, p 41). Essa desconfiguração da educação atua diretamente na formação das subjetividades das crianças e adolescentes que participam do ambiente escolar.

Neste mesmo sentido, Fávero e Mikolaiczik (2024, p.6) também identificaram alguns dos impactos das políticas neoliberais associadas a educação escolar.

> É perceptível a forma pela qual o neoliberalismo se engendra de maneira rápida nos processos educativos. Há quase duas décadas, Laval (2004) alertou sobre os novos contornos da educação fortemente marcada pela influência do mercado, na qual a formação deixa de ser humanista para se basear em competências flexíveis e melhor adaptáveis ao mundo do trabalho. [...] A capacidade de aprender para toda a vida tomou espaço como concepção de educação, o que encolheu o papel da escola. Nessa perspectiva, essa, por sua vez, parece ultrapassada e conservadora, carente de mudanças urgentes que só serão profícuas se acompanharem o desenvolvimento da empresa (Laval, 2004). (Fávero; Mikolaiczik, 2024, p. 6).

Conforme os autores, o desejo do sujeito em aprimorar o seu capital humano, que pode ser lido enquanto essa necessidade de aprendizagem constante e infindável, acaba por desvalorizar a função da escola, que é vista como obsoleta, dado que não obedecem a dinamiza neoliberal ou as atuais necessidades impostas pelo mercado

É preciso então pensar o real papel que a escola deve desempenhar. A escola enquanto instituição formadora de sujeitos neoliberais implica na construção de novas subjetividade, incluindo aqui novas subjetividades para as infâncias e nos meios de se vivenciar a infância. Compreender como o currículo neoliberalizado tem impactado nas vivências das infâncias na

contemporaneidade é necessário, uma vez que, que esta mudança já está posta e reflete na formação e constituição desses sujeitos.

Contexto escolar e vivências de infância em contexto neoliberal

Nesta seção, elencamos alguns tópicos do cenário escolar e vivências de infância que estão contribuindo de alguma forma para a construção desta nova subjetividade neoliberal. O neoliberalismo se faz presente de forma silenciosa, causando pequenas mudanças, mas que geram uma grande transformação na subjetividade humana. Pretendemos então analisar algumas dessas mudanças sutis empregadas por essa racionalidade ainda nas infâncias dando ênfase no contexto escolar.

Primeiro ponto da vivência escolar infantil em contexto neoliberal é o seu caráter de investimento em capital humano. A preocupação não é pelo presente dos sujeitos, nem em conhecimentos importantes para a formação de um projeto de humanidade, mas nas habilidades necessárias para os sujeitos neoliberais, os neosujeitos, no que tange a produção e ao consumo das mercadorias:

> A infância é o meio para atingir o retorno desses investimentos. Por isso, tais práticas não tomam apenas a infância como instância privilegiada para os investimentos em capital humano, mas, acima de tudo, pautam-se pela verdade do "quanto mais cedo melhor" (Capilheira, Mota e Lockmann, 2021, p. 1145).

As práticas a que as autoras se referem são os investimentos em educação baseadas em preceitos neoliberais, investimentos esses que possuem uma intenção clara: a constituição de um novo homem que atenda todos os requisitos exigidos pela sociedade neoliberal, o Homo oeconomicus. Esse homem deve atuar como empresário de si, para isso precisa desenvolver uma ampla gama de habilidades, possuir uma capacidade de aprendizagem rápida e dinâmica, baseada em habilidades e competências, e para isso, precisa ser flexível e autônomo.

Diante disto, para esse novo homo oeconomicus a aprendizagem "assume grande centralidade [...] e, por isso, uma excessiva importância é atribuída à educação nos dias de hoje" (Capilheira, Mota e Lockmann, 2021, p. 1144). Vale lembrar que a excessiva importância que se dá à educação não é no sentido humano e emancipador. Muito pelo contrário, é uma questão objetificada, tratando os processos educacionais e os sujeitos envolvidos em objetos de investimento.

O discurso, se não analisado com calma, pode nos enganar. Qual pessoa preocupada com a educação que não irá almejar investimento? Nós almejamos sim, mas precisamos entender como esses investimentos chegam, quais interesses econômicos nisso, quais impactos nos diversos âmbitos da sociedade

A educacionalização do social e o encharcamento escolar também podem ser observados enquanto uma estratégia neoliberal. Lockmann (2013) levanta a problemática que ela chama de "educacionalização do social", com um encharcamento escolar. Esse fenômeno consiste nas questões sociais diversas serem chamadas para a escola resolver, e ao invés de se pensar políticas específicas para cada problema se pensa na educação, investimento em diferentes ferramentas educacionais. Nesse contexto, adentram a escola ensinamentos e práticas com foco na governamentalidade dos sujeitos

> O fenômeno da educacionalização do social e a proliferação das Políticas de Assistências Social na atualidade têm redefinido o papel da escola pública numa sociedade da aprendizagem, alargando consideravelmente suas funções que passam a enfatizar o governo das condutas ao custo de um esvaziamento dos conhecimentos escolares (Lockmann, 2013, p. 166).

Esse fenômeno, então, também tem relação com o conceito de governamentalidade de Foucault (2010). Ao invés de o estado solucionar as demandas socioeconômicas, ele chama a educação para "ensinar" os indivíduos a solucionarem esses problemas. Esse encharcamento converge com uma formação para um neosujeito, que soluciona seus próprios problemas, que investe em si, como capital humano. Além disso, influencia nas vivências infantis em contexto escolar, que tem diariamente contato com um excesso de informações e demandas de naturezas diversas.

Também converge com o contexto de pobreza de experiência, excesso de informação, sociedade excitada etc.:

> Estou cada vez mais convencido de que os aparatos educacionais também funcionam cada vez mais no sentido de tornar impossível que alguma coisa nos aconteça [...] na escola o currículo se organiza em pacotes cada vez mais numerosos e cada vez mais curtos. Com isso, também em educação estamos sempre acelerados e nada nos acontece. (Larrosa, 2002, p. 23)

Nesse sentido, uma das questões da infância em ambiente escolar é a pobreza de experiência, pobreza do próprio brincar. O próprio currículo escolar é moldado para que essa escassez se faça presente, com aulas curtas e aligeiradas, tornando a ação do pensar e

experienciar algo dificultoso dentro do ambiente escolar, visto que estão todos, alunos e professores, tomados pelas demandas do currículo.

A concorrência/competição também são práticas difundidas pelas instituições escolares que repercutem na formação dessas novas subjetividades. As relações pedagógicas, além de atuarem a favor da legitimação da competição, por meio de notas classificatórias e até mesmo através de brincadeiras que estimulem esse competir de uma maneira não saudável, acabam tendo como resultado desse modelo baseado na concorrência a exclusão, o fracasso e a ultrarresponsabilização dos estudantes (Petry; Cenci, 2019).

Essa ultrarresponsabilização é um traço de uma sociedade neoliberal, uma vez que o sujeito "empreendedor de si" deve também assumir os riscos pelo seu sucesso ou fracasso. O risco faz parte da vida e das escolhas deste "sujeito empresa". Estado e empresas se ausentam, responsabilizando apenas o sujeito quanto ao seu êxito ou falha (Dardot; Laval, 2016). Essa prática, além de responsabilizar o sujeito, desresponsabiliza o Estado ou os meios empresariais.

As notas e meios classificatórios presentes no ambiente escolar podem ser vistos como uma iniciação deste sistema de ultrarresponsabilização e de uma sociedade de riscos. Mas é importante salientar que essa responsabilização do aluno não é necessariamente uma falha do professor ou da instituição escolar. Na realidade, até mesmo os agentes pedagógicos estão à mercê desta lógica da competitividade e classificação, uma vez que precisam atender a esta lógica por meio de avaliações de desempenhos. É válido dizer que esta lógica atinge tanto os estudantes quanto os professores e as instituições escolares.

Até mesmo o brincar, citado anteriormente como um ato comum as diversas infâncias (Benjamim, 2002), é incorporado pelo neoliberalismo. O brincar hoje é extremamente atravessado pela indústria cultural, no consumo desmedido. Segundo Oliveira e Paschoal (2015) os brinquedos hoje em dia, em grande maioria são ligados ao status, ao poder de consumo valorizado na sociedade atual.

> Desde muito cedo as crianças assistem a programas de televisão, têm acesso às músicas do momento transmitidas pelas rádios, veem vídeos e estão atentas aos noticiários e propagandas, entre outras informações carregadas de significados explícitos ou implícitos. Nessas mediações ocorrem relações, reconhecimentos, formação de opinião, desejos e experiências singulares, o que configura aprendizados e reconhecimentos. Com os meios massivos, a infância, a cultura infantil e a educação dos pequenos adquiriram outro prisma e representatividade, com nova rotina e novos modos de brincar que interferem na formação das crianças. As crianças são submetidas à lógica do consumo com uma experiência cotidiana de agendas lotadas que se tornam norma na classe média e alta e, para cumpri-las, as crianças desenvolvem valores materialistas com recompensas e ou mimos. (Oliveira e Paschoal, 2015, p. 7)

No caso, há grande influência de propagandas para crianças sobre brinquedos, os familiares compram e em muitos casos a criança acaba não brincando, ou então, com muitos brinquedos o brincar torna-se industrializado.

Um dos impactos da indústria cultural e do consumo na infância é na formação do pensamento, que ao invés de puxar para o lado criativo e inventivo acaba sendo guiado para a padronização. Essa padronização acontece também em relação às brincadeiras, que recebem influências culturais dos desenhos animados ou presentemente, youtubers, que acabam de uma maneira ou outra guiando as brincadeiras, dizendo o que está na moda (Oliveira e Paschoal, 2015). Vale lembrar que o brinquedo é um material para guiar a brincadeira, porém a brincadeira, ou o jogo de faz de conta, independe do material.

A desconfigurações de direitos também deve ser percebida enquanto tática neoliberal. Bujes (2001) levanta a tese de que até mesmo a escassez de vagas em creches é fruto da sociedade neoliberal. A autora cita que há um "estancamento do crescimento e depois, à diminuição das matrículas, neste nível de ensino, especialmente em razão das políticas de financiamento, sob responsabilidade dos órgãos federais." (Bujes, 2001, p. 244). Para a lógica neoliberal, o Estado deve fornecer condições para o livre mercado, isso significa minimizar os gastos com políticas sociais.

Esse afastamento do Estado, no entanto, não se configurar como uma retirada do mesmo, mas é uma forma de reconfiguração do papel que ele deve exercer: "Ao se afastar de uma atuação mais direta, o Estado amplia a sua atuação através da mídia, do marketing, da indústria cultural, com todo um esforço de modelização das relações entre consumidores e o mercado." (Bujes, 2001, p. 244). Logo, o Estado reconfigura sua função, se antes a busca era por fornecer educação básica de qualidade a todos, agora ele se torna o responsável por construir novas necessidades de consumo nos indivíduos, neste caso em questão, a necessidade de creches particulares.

Considerações finais

Em nossas discussões buscamos compreender como a racionalidade neoliberal está impactando nas infâncias, dando ênfase às vivências infantis e ao contexto escolar em que elas estão inseridas, uma vez que se percebeu uma ausência de discussões sobre este tema.

Partimos da contextualização da criança enquanto um ser social que possui direitos, desejos, características e personalidades próprias, além da compreensão de que não há um modelo exclusivo de infância, mas uma diversidade delas, e por isso, infâncias. Entretanto,

mesmo com essa pluralidade de contextos infantis, ainda há situações que atravessam todas elas, ou pelo menos a maioria dessas infâncias. O neoliberalismo, dado sua capacidade de homogeneidade, é uma dessas situações que está se tornando comum não só às infâncias, como ao restante da sociedade.

Dado seu poder de dominação, nos interessou investigar as consequências dessa racionalidade neoliberal sobre as infâncias. O neoliberalismo tem se expandindo de maneira sutil, se faz presente no cotidiano dos sujeitos através de discursos que permeiam de maneira silenciosa, mas imperativa o consciente e inconsciente dos indivíduos, tendo como resultado a fabricação de um novo sujeito, o chamado neossujeito.

Diante da complexidade e grande abrangência do tema, optamos por apresentar alguns cenários das vivências infantis e seus contextos escolares onde percebeu-se que há essa influência neoliberal, e que trabalha a favor da criação desta nova subjetividade. Um desses cenários escritos foi a questão de investimento em capital humano, no qual se manifesta no cotidiano escolar de maneira a foco no aprender a aprender, nas competências a serem desenvolvidas para o sujeito - neossujeito - no futuro. Nesse contexto também há a problemática de não pensar no aprendizado ou na vivência das infâncias, mas num futuro, tratando a infância como um vir a ser.

É importante destacar aqui que o neoliberalismo utiliza de elementos próprios da humanidade para se retroalimentar. É o caso da infância como capital humano. Claro que a sociedade no geral deseja um futuro bom para as crianças, assim como a própria educação que possui um projeto de humanidade. Também não é inédito no mundo o olhar para a infância pensando apenas no futuro, deixando de considerar a vivência delas enquanto crianças. Entretanto, na racionalidade neoliberal essa visão é operada de forma a objetivar o lucro. Nesse contexto, tanto a dignidade das crianças enquanto ainda são crianças, quanto a dignidade dos adultos que elas se transformarão são dispensadas.

Ainda nesse ínterim, nas vivências de infância na escola muito está colocado o consumismo no ato de brincar, ou mesmo uma nova relação dos sujeitos infantis com a brincadeira. Também a competição é algo que atravessa essas brincadeiras, como algo bem-visto pela sociedade neoliberal, como uma preparação para a lógica de competição que os neossujetios terão que conviver no futuro.

Em linhas gerais, esse trabalho possibilitou a reflexão inicial entre os conceitos de neoliberalismo e infância situados no contexto escolar. Além disso, abriu um leque possibilidades de pesquisas. Com a lente do neoliberalismo e infância ainda é possível estudar outros elementos da própria escola, como currículo. Também é interessante em outro momento

abordar esses conceitos por meio de uma pesquisa de campo, analisando na prática as implicações neoliberais na infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1981. 280 p.

BARON, Sandra C.. Brincar: espaço de potência entre o viver, o dizer e o aprender. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Crianças**: essas conhecidas tão desconhecidas. Rio de Janeiro: Dp&a, 2002. p.53 -79.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC , 2018. Disponível em: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file . Acesso em: 2 jun. 2020.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II. Rua de Mão Única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.71-142

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002. 176 p.

BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Infância e maquinarias**. 2001. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Ppgedu, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1904/000311899.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 17 ago. 2024.

CAPILHEIRA, Carolina Dias; MOTA, Maria Renata Alonso; LOCKMANN, Kamila. As Políticas de assistência social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em capital humano. **Zero-A-Seis**, [S.L.], v. 23, n. , p. 1132-1154, 16 ago. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). http://dx.doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e81170.

CORAZZA, Sandra. Era uma vez... Quer que conte outra vez?: as gentes pequenas e o indivíduo. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Crianças**: essas conhecidas tão desconhecidas. Rio de Janeiro: Dp&a, 2002. p. 31-52.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, Altair Alberto; MIKOLAICZIK, Daniê Regina. A CORROSÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA NO BRASIL: o tensionamento entre estado e políticas neoliberais na formação de professores**. Revista Literatura em Debate**, [S.L.], v. 19, n. 33, p. 4-19, 2024. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missoes.

http://dx.doi.org/10.31512/19825625.2024.19.33.04-19. Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/literaturaemdebate/article/view/4755. Acesso em: 18 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, Jan./Fev./Mar./Abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2024.

LOCKMANN, Kamila. A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79669. Acesso em: 30 ago. 2024.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONCEITO DE INFÂNCIA: UMA TENTATIVA DE RECONSTRUÇÃO HISTORIOGR£FICA. **Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 4-18, jun. 2008. Semestral. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1394/1191/2317. Acesso em: 29 ago. 2024.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; PASCHOAL, Jaqueline Delgado. A Infância e a sociedade do consumo: indústria cultural e imaginário infantil. **Imagens da Educação**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 5-15, jan. 2015. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/23531/pdf_22. Acesso em: 24 ago. 2021.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Lafonte, 2020. 344 p. Tradução de Ciro Mioranza.

PETRY, Cleriston; CENCI, Angelo Vitório. Comum: por um princípio pedagógico. **Educação Unisinos**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 439-454, 28 maio 2019. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. http://dx.doi.org/10.4013/edu.2019.233.04. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.233.04/60747172. Acesso em: 16 ago. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, v. 65, n. 2, p. 19-42, jul. 2013. Semestral. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162013000200002. Acesso em: 25 ago. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Alex Sander da Silva
Graduado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1996). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005). Doutorado em Educação pela

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (2010). Pós-Doutorado PNPD/CAPES no PPGE/UNIMEP no núcleo de História e Filosofia da Educação (2014). Editor da Revista Criar Educação e professor do Programa Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/UNESC).
E-mail: alexsanders@unesc.net

Giani Rabelo
Pós-doutorado na Universidade de Lisboa (Instituto de Educação) e Universidade do Estado de Santa Catarina (Faculdade de Educação); Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997); Especialista em Serviço Social (1992) pela Universidade Federal de Santa Catarina e Graduada em Serviço Social pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (1986). Professora titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desde 1996. Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Desenvolvimento Sócioeconômico (PPGDS) e professora do Curso de Pedagogia. É líder do Grupo de Pesquisa "História e Memória da Educação" (GRUPEHME).
E-mail: gra@unesc.net

Greyce Kelly de Souza
Doutoranda em Educação como bolsista PROSUC, Mestre em Educação (2022) e graduada em Pedagogia (2019) pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Atualmente é professora efetiva da Prefeitura Municipal de Criciúma. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, neoliberalismo, EAD e formação de professores. Integra o grupo de pesquisa Política, Saberes e Práticas de Formação de Professores.
E-mail: greycehp@unesc.net

Karoline Cipriano dos Santos
Doutoranda em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação UNESC, como bolsista integral da CAPES. Mestra em Educação pelo mesmo programa, com apoio do FUMDES (2022). Graduada em Pedagogia (2019). Foi bolsista de Iniciação Científica nos anos de 2017, 2018 e 2019 sob orientação do professor Dr. Alex Sander da Silva. Participou do Programa Residência Pedagógica Subprojeto Pedagogia em 2018 e 2019. Atua nas linhas de pesquisa Educação, Formação de professores, Narrativas, Educação não-formal, infâncias e vulnerabilidade. Integrante do GEFOCS (Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, formação cultural e sociedade), coordenado pelo professor Dr. Alex Sander da Silva de 2017 até o presente momento.
E-mail: karol.ciprianos@gmail.com

Ricardo Luiz de Bittencourt
Graduado em Pedagogia e Licenciatura em Filosofia, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Na rede pública estadual atua como docente no Curso de Magistério. Atualmente é Coordenador Adjunto no curso de Pedagogia da UNESC e líder do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores e é editor da Revista Saberes Pedagógicos do curso de Pedagogia.
E-mail: rlb@unesc.net

Artigo recebido em 18/01/2025.
Artigo aceito em 23/05/2025.